

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Luana Gabrieli Moreira**

**CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E O ESPAÇO DE HABITAÇÃO:**  
**uma revisão de literatura.**

**TAUBATÉ-SP**  
**2022**

**Luana Gabrieli Moreira**

**CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E O ESPAÇO DE HABITAÇÃO:  
uma revisão de literatura.**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Profa. Dra. Jéssica de Assis Silva

**TAUBATÉ-SP  
2022**

**Luana Gabrieli Moreira**

**CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E O ESPAÇO DE HABITAÇÃO: uma revisão  
de literatura**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho ao meu pai, o homem mais  
trabalhador do mundo, que do céu, olha por mim.

## AGRADECIMENTOS

O ano de 2022, desde o seu início, foi extremamente desafiador. Precisei passar por perdas que me emocionam até hoje, por obstáculos, ansiedades e medos que facilmente poderiam me desestabilizar. Os cinco anos da faculdade podem ser resumidos em uma palavra: Luta. O que me deu sustentação foi o sonho de ter um diploma que não só pode me oferecer crescimento profissional, mas também a possibilidade de alcançar um objetivo de vida e de ser orgulho e exemplo para os meus.

Portanto, eu gostaria de agradecer a todos que estiveram do meu lado e que fizeram parte desta base de sustentação. Primeiramente ao meu pai, que já não está mais entre nós. Foi quem me levava todos os dias para a faculdade e buscava, e quem eu gostaria muito que vivesse este momento comigo. À minha mãe que sempre me apoiou, e me mostrou o que verdadeiramente é resiliência e força para não desistir. Ao meu irmão, que me dá os melhores conselhos e tem sido o meu melhor amigo desde sempre.

Gostaria de agradecer também ao meu namorado, por ouvir todas as minhas lamentações e minhas alegrias, por estar do meu lado em todas as situações, por me mostrar o que é um amor de verdade. Por ser um homem gentil, acolhedor e sensível. E principalmente, por não me deixar desistir, mesmo também querendo desistir.

As minhas amigas, meu quarteto, que durante estes cinco anos me proporcionaram as melhores risadas. A minha orientadora Jéssica, por ter abraço o meu tema, me acolhido e orientado para que eu conseguisse concluir essa pesquisa. E também a todos que de alguma forma, mesmo que breve, contribuiu nesses cinco anos para que eu chegasse até aqui.

## Resumo

O acesso à moradia é um direito que envolve aspectos materiais e subjetivos, que precisam estar em uma relação dialética para que sejam evitadas as emergências das vulnerabilidades. Sendo assim, fica evidente a importância de uma organização do conhecimento deste fenômeno para que se busque alternativas. A presente pesquisa objetiva estudar o papel da moradia na construção da subjetividade de indivíduos em situação de vulnerabilidade habitacional, a partir do viés da Teoria histórico cultural, verificando as definições de vulnerabilidade, as variáveis responsáveis pela construção da subjetividade e a interlocução entre a Teoria histórico cultural, a moradia e a subjetividade. O tipo de delineamento foi pesquisa de revisão sistemática. Foram utilizadas três bases de dados para consulta. As palavras utilizadas para a busca foram selecionadas a partir de composições que envolviam contextos de vulnerabilidade social ligados à habitação e construção da subjetividade a partir da abordagem histórico cultural. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos de periódicos científicos; artigos em português, espanhol e inglês; conceito de subjetividade a partir da teoria histórico cultural; atenção psicossocial; público de amostras gerais; recorte temporal de 2010 a 2022. Os critérios de exclusão adotados foram referentes ao tema (excluindo artigos direcionados a outros tipos de vulnerabilidade); outras línguas; tipo de teoria (excluindo outras teorias psicológicas, psicoterapia clínica e formação de outros aspectos da individualidade) e outros campos de saberes. Conclui-se que a moradia é uma importante componente para a construção da subjetividade, já que a mesma se inclui como um aspecto das necessidades básicas dos seres humanos. A subjetividade é diretamente afetada por mecanismos do neoliberalismo que incluem estes sujeitos em uma constante submissão, culpabilização e exclusão.

Palavras-chave: Subjetividade, Moradia, Habitação, Vulnerabilidade

## Abstract

### Construction of Subjectivity And Housing Space: A literature review

Access to housing is a right that involves material and subjective aspects, which need to be in a dialectical relationship in order to avoid the emergencies of vulnerabilities. Thus, it is evident the importance of an organization of knowledge of this phenomenon in so that alternatives can be sought. This research aims to study the role of housing in the construction of subjectivity of individuals in situations of housing vulnerability, from the bias of cultural historical theory, verifying the definitions of vulnerability, the variables responsible for the construction of subjectivity and the interlocution between cultural historical theory, housing and subjectivity. The type of design will be systematic review research. Three databases were used for consultation. The words used for the search were selected from compositions that involved contexts of social vulnerability linked to housing and construction of subjectivity from the approach from the cultural historical approach. The following inclusion criteria were adopted: articles from scientific journals; articles in Portuguese, Spanish and English; concept of subjectivity from cultural historical theory; psychosocial care; general sample; time frame from 2010 to 2022. The exclusion criteria adopted were related to the theme (excluding articles directed to other types of vulnerability); other languages; type of theory (excluding other psychological theories, clinical psychotherapy and formation of other aspects of individuality) and other fields of knowledge. It is concluded that housing is an important component for the construction of subjectivity, since it is included as an aspect of the basic needs of human beings. Subjectivity is directly affected by mechanisms of neoliberalism that include these subjects in constant submission, guilt and exclusion.

Keywords: Subjectivity, Housing, Habitation, vulnerability

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	3	
1.1.	5	
1.2.	5	
1.2.1.	5	
1.2.2.	5	
1.3.	6	
<b>2.</b>	7	
2.1.	8	
2.2.	13	
2.3.	14	
2.4.	16	
<b>3</b>	18	
3.1	19	
3.5	19	
3.6	21	
<b>4</b>	21	
4.1	DEFINIÇÕES DE VULNERABILIDADE	26
4.2	VARIÁVEIS RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE	28
4.3	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DESSA SUBJETIVIDADE	30
4.4	A PSICOLOGIA SÓCIO HISTÓRICA, A MORADIA E A SUBJETIVIDADE	31
<b>5</b>	33	
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Dentro do âmbito da Psicologia, a vulnerabilidade pode ser definida como uma situação de grande exposição a riscos, tanto sociais como políticos, que afetam diretamente ou indiretamente a qualidade de vida dos indivíduos ou dos grupos, onde os mesmos não possuem recursos materiais e simbólicos adequados para o enfrentamento das adversidades, já que estes recursos, dentro deste contexto, se tornam cada vez mais distantes desta população (SCOTT et al., 2018).

Segundo Oviedo e Czeresnia (2014), a vulnerabilidade, de maneira geral, se apresenta como um conceito que faz parte de diversas reflexões e práticas. Os mesmos autores apontam que essa vulnerabilidade pode ser definida a partir de três instâncias: 1) individual; 2) social; e 3) institucional. A vulnerabilidade individual se refere a problemas específicos comportamentais e racionais fundamentados em relacionamentos intersubjetivos. Ao que se concerne ao social, a vulnerabilidade diz respeito a aspectos contextuais que atingem grupos, como a economia, questões de raça, gênero, crenças e exclusão social. Quanto à vulnerabilidade institucional, essa estaria ligada à como as entidades lidam para reduzir as adversidades, como serviços de saúde, educação, justiça, cultura e bem-estar social. Assim, esse conceito é pertinente a restrição das capacidades de asserção dos sujeitos no mundo, gerando insegurança.

No que se tange à habitação, a maioria dos fatores de risco se dão à exposição a problemas ambientais e relacionados a padrões de construção dessas moradias. Grande parte dos motivos se dá à atração da população em busca de maiores salários e melhores condições de vida nos centros urbanos, mesmo com condições de habitação degradadas (MARTINS et al., 2015). O direito à moradia foi postulado pela Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, onde a habitação é inserida como lugar de afirmação das possibilidades de garantia das necessidades básicas da vida (Declaração Universal de Direitos Humanos [ONU], 1948). Além disso, é um direito assegurado pela constituição brasileira, tendo como última atualização a emenda constitucional nº 26, de 2000 que diz:

"São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. " (BRASIL, 2000. Art. 6º).

Porém, o mecanismo político e econômico desse direito permanece sendo o capitalista, o qual o Estado se nutre. Sendo assim, a lei garante apenas a apaziguação das desigualdades

sociais. Diante disso, as vulnerabilidades sociais surgem quando esses direitos são violados, principalmente pelo próprio Estado (SOUZA, 2015). A vulnerabilidade social se constitui a partir de como o sujeito se relaciona com a cultura, as condições socioeconômicas, as relações sociais e a subjetividade. Portanto, a vulnerabilidade social deve ser analisada a partir de diversos fatores que compõem a estrutura econômica e social, além de considerar os aspectos simbólicos, pois, interferindo no desenvolvimento dos indivíduos, as dificuldades enfrentadas também proporcionam o sofrimento psíquico, estando relacionados com a cultura, com a história e com a sociedade (SCOTT, 2018).

Todos estes aspectos se relacionam com as materialidades humanas e também com suas subjetividades. Estes dois termos se constituem na relação que possuem um com o outro, isso significa que existe uma dialética entre o indivíduo e a sociedade. Portanto, é necessário compreender a subjetividade dos indivíduos como fruto de relações sociais que o sujeito se apropria e internaliza, por meio de um processo dialético entre o externo e o interno (AITA; FAICCI, 2011). O homem se humaniza e se materializa com seu mundo das significações ao exteriorizar um processo interno relacionando-o com uma atividade exterior. (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007). Sendo assim, de acordo com Cambúva e Tuleski (2007), é através do contexto histórico e cultural e desta dialética que o indivíduo está inserido, que será possível o seu desenvolvimento.

A relação entre os aspectos materiais e subjetivos da vulnerabilidade, respaldados em autores da Psicologia Histórico Cultural, permite considerar que as particularidades da sociedade conduzem ao desenvolvimento dos indivíduos que dela fazem parte. Segundo Silva (2019), dentro dessa perspectiva, a construção desta subjetividade permite que o sujeito se aproprie das produções da humanidade, de acordo com as condições de vida específicas, o que constitui então, indivíduos singulares.

Segundo Saviani (2004), a partir de uma análise das obras de Marx, na medida que essa sociedade é constituída a partir do modelo econômico do capitalismo, a essência humana se manifesta de forma alienada, e as diferenças entre os indivíduos se dão pela desigualdade econômica entre as classes sociais, ou seja, esta essência é negada nas relações sociais que os homens mantêm. Em relação à questão habitacional, a moradia tem sua significação por ser lugar de expressão de individualidade e de dignidade humana que depende da apropriação do espaço pelos indivíduos. Sendo assim, moradores de habitações precárias, são retirados do direito de apropriar-se desses espaços.

O papel da psicologia social neste contexto, se insere na busca da compreensão da realidade da comunidade, o que requer um olhar do psicólogo em favor dos indivíduos em

situações de exclusão social, e no estabelecimento de um espaço que garanta a legitimidade das demandas trazidas por esta mesma comunidade. Para que este trabalho seja legítimo, necessita que o profissional favoreça a construção de laços comunitários, onde contribui para o desenvolvimento da identidade social de tais grupos, fazendo a interface entre a população e o poder público. Além disso, tem por objetivo defender a diversidade cultural, os aspectos étnicos, abrangendo questões relacionadas a família, a religiosidade, raça, entre outras. (SAWAIA, 2013; DANTAS, AMARAL, 2010).

## 1.1. PROBLEMA

O acesso à moradia é um direito que envolve materialidades, mas também subjetividades. Portanto, a questão da moradia possui uma dimensão psicossocial que necessita ser trabalhada em sua totalidade. Quando não há uma dialética entre a subjetividade e a realidade concreta, as vulnerabilidades referentes à insegurança habitacional emergem (FERNANDES, 2016). A Psicologia histórica cultural, introduz dialeticamente no pensamento psicológico a relação entre o homem, a natureza, as relações sociais e a cultura (GOMES, et al. 2016), neste sentido, tem sua contribuição que dialoga com a psicologia comunitária, em contribuir para o desenvolvimento de um espaço que estabeleça a identidade social dos grupos (DANTAS, AMARAL, 2010). Sendo assim, fica evidente a importância de uma organização do conhecimento do fenômeno que responda como a subjetividade se constrói, e qual é seu papel em situações de vulnerabilidade habitacional, de acordo com o viés da teoria histórica cultural.

## 1.2. OBJETIVOS

### 1.2.1. Objetivo Geral

Este trabalho teve por objetivo verificar qual o papel da moradia na construção da subjetividade de indivíduos em situação de vulnerabilidade habitacional, a partir do viés da Teoria histórico cultural.

### 1.2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as definições de vulnerabilidade presentes nos artigos selecionados;

- Identificar as variáveis responsáveis pela construção da subjetividade presentes nos artigos selecionados;
- Identificar os instrumentos de avaliação da subjetividade presentes nos artigos selecionados;
- Realizar a conexão da Teoria Sócio Histórica com a moradia e subjetividade, de acordo com os conceitos presentes nos artigos selecionados

### 1.3. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A última pesquisa realizada no Brasil, referente ao déficit habitacional, em nível nacional, foi produzida pela Fundação João Pinheiro e publicada em 2021, mostrando um recorte de estatísticas do déficit de 2016 a 2019. A pesquisa leva em consideração componentes da vulnerabilidade habitacional como habitação precária, coabitação e ônus excessivo de aluguel urbano. No ano de 2019, em 3,035 milhões de domicílios, a renda domiciliar era inferior a três salários mínimos, onde mais de 30% dela era utilizada com aluguel, o que representa 51,7% do total do déficit do país. As habitações precárias, estavam com 1,482 milhão de unidades, o que corresponde a 25,2% do déficit. Por último, a coabitação, com 1,358 milhão de domicílios, equivalente a 23,1% do déficit total (Fundação João Pinheiro [FJP], 2021). Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, apresenta estimativa da população em situação de rua no Brasil utilizando-se de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2016), já em 2020, tempos de pandemia, esse número aumentou consideravelmente segundo o mesmo instituto, indicando cerca de 222 mil pessoas em situação de rua (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Na perspectiva da psicologia social crítica, na medida em que as relações comunitárias avançam, perspectivas individualistas se fortalecem em um processo dialético (SAWAIA, 2000). Este modo individualista, é associado a perpetuação da divisão de classes, uma vez que os espaços sociais são disponibilizados de acordo com o lugar social ocupado pelos sujeitos. Atualmente, a relação psicologia-comunidade, considera que as mudanças históricas decorrentes do processo de globalização, imprimem diversas formas de significação de habitar o mundo, mundo este estabelecido por relações tensas, racionalização exacerbada e processos de desterritorialização (SCARPARO; GUARESCHI, 2007). Dentro deste contexto, a importância da organização do conhecimento se caracteriza em enfatizar o desenvolvimento do

indivíduo na sociedade, onde a subjetividade é construída. Além disso, busca, dentro da perspectiva comunitária, a conscientização social, superação das adversidades, fortalecimento de vínculos e o reconhecimento da complexidade dos objetos de investigação da psicologia (AZEVEDO; PARDO, 2014)

O espaço de habitação é um elemento indispensável à produção de cuidados básicos e consequentemente à subjetividade. Tal subjetivação se estabelece de modo contínuo e variável, relacionada com processos históricos, sociais e culturais. Assim, é neste espaço que o indivíduo se relaciona, imprime suas marcas e o percebe de acordo com suas mediações culturais. É nele que pode se apropriar de um lugar que contém instrumentos para sua existência (FRANCO; VAN STRALEN, 2012). Assim, o estudo tem sua importância no sentido de considerar o indivíduo que é retirado de seu direito de se apropriar da produção da humanidade, das relações sociais que o lugar de habitação possibilita e de suas necessidades básicas de individualidade e segurança. O estudo tem sua relevância social por destacar que a análise psicológica necessita levar em consideração as condições sociais dos indivíduos, já que os mesmos estão inseridos em um contexto histórico cultural. Por se tratar de um estudo de revisão sistemática, sua relevância científica está na organização de toda essa produção, sendo possível identificar lacunas e avanços no estudo do fenômeno.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A presente revisão de literatura tem como objetivo analisar as interseções entre a teoria histórico-cultural, a psicologia sócio comunitária, o problema da vulnerabilidade e o fenômeno da moradia. A partir de uma revisão sistemática da literatura, busca-se compreender como esses conceitos se relacionam e como podem ser aplicados na compreensão e intervenção em contextos de vulnerabilidade social, em especial no que se refere à moradia e suas implicações para a saúde mental e bem-estar dos indivíduos e comunidades. A teoria histórico-cultural e a psicologia sócio comunitária são abordagens que destacam a importância do contexto social e cultural na formação do sujeito e nas suas relações com o ambiente e com os outros. Já a vulnerabilidade e o fenômeno da moradia são temas que se relacionam diretamente com as condições de vida e a exposição a riscos sociais e ambientais, podendo ter impactos significativos na saúde mental e bem-estar das pessoas. Nesse sentido, a revisão de literatura pretende contribuir para a compreensão e intervenção em contextos de vulnerabilidade social, considerando as particularidades do fenômeno da moradia e as perspectivas teóricas que podem auxiliar nesse processo.

### 2.1. A TEORIA HISTÓRICA CULTURAL

A Psicologia foi estabelecida como ciência no século XIX, momento em que a burguesia moderna ascendia enquanto classe social com características que colocavam em destaque a razão humana, o que possibilitou a construção do conhecimento a partir da experiência e da racionalidade. Sendo assim, a ciência era positivista, racionalista, mecanicista, associacionista, atomista e determinista (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007). Desde então, vem se construindo a partir de tentativas de explicação dos fenômenos humanos, que por sua complexidade, geram lacunas. As teorias desenvolvidas possuem o objetivo de superar estas lacunas, cada uma com seu modo de fazer ciência. Um exemplo de lacuna a ser superada na Psicologia é a dicotomia sujeito/objeto (FIGUEIREDO, 1945).

Wundt, estabelece a Psicologia como ciência ao criar o laboratório de Psicologia na Universidade de Leipzig, na Alemanha em 1879. Coloca como objeto de estudo da Psicologia a experiência imediata, em que se investiga o próprio sujeito da experiência (VILELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2005), tornando a Psicologia independente de outras ciências, quando impõe os métodos científicos das ciências naturais. Possui então uma visão atomicista,

já que para ele os elementos da matéria prima – átomos- são as experiências, ou seja, o objeto da Psicologia seria estes elementos em dependência com os organismos que o experimentam, no contexto da consciência (FIGUEIREDO, 1945). Logo depois, Titchener, com sua visão estruturalista, elementarista e associalista, considerava a decomposição dos processos psíquicos conscientes em estruturas fundamentais, e determinava seus mecanismos como associativos (VILELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2005). Além destas matrizes, na mesma época o mecanicismo também tomou forma na Psicologia através das vertentes behavioristas americanas, principalmente difundidas por Pavlov, que estariam historicamente associadas a formação do conceito de reflexo. Todos estes conceitos possuem suas raízes socioculturais culminantes na época da Psicologia industrial, onde a ênfase estaria na racionalização do trabalho (FIGUEIREDO, 1945).

A contradição, portanto, surge quando estas vertentes encontram resistências em seus estudos por três características dos seres vivos que vão além da superfície observável: a reprodução, o desenvolvimento e a auto conservação. Estas características implicam no surgimento do funcionalismo, em que produzem conhecimentos que integrem as análises funcionais, estruturais e genética, que se estende por diversos caminhos da Psicologia (FIGUEIREDO, 1945). Ainda aqui, o individual e subjetivo não é considerado em suas particularidades ou em consonância com os diversos aspectos da sociedade e natureza. Além disso, conforme cita Sirgado (1990), a Psicologia teve sua história marcada pela dificuldade de estabelecer os contornos de seu próprio objeto de estudo.

Na tentativa de superação destas lacunas conceituais presentes na Psicologia da época, Vygotsky entra em cena propondo um novo método científico que considera os fenômenos psíquicos como processos de mudança, e não como meros objetos. Justifica a afirmativa ao considerar que o método experimental não explica os processos complexos próprio dos seres humanos, uma vez que o desenvolvimento psicológico dos homens faz parte do desenvolvimento histórico da espécie, sustentando que o homem age sobre a natureza e a transforma. Com estas concepções surge a abordagem dialética, das funções especificamente humanas (SIRGADO, 1990).

O contexto histórico o qual as raízes da Psicologia Sócio Cultural estão inseridas, está marcado por um período de grande turbulência no cenário mundial. Sua origem se inicia na Rússia no período de 1917 em diante, onde se instaura no país uma revolução comunista que mudará o sistema econômico e político da até então Rússia Czarista. No período da revolução, o objetivo do povo russo era da instauração de um novo sistema baseado nos princípios marxistas, em que os trabalhadores rurais tomassem o poder sem nenhuma intervenção da

burguesia. Além disso, buscavam a saída da Rússia da primeira guerra mundial, já que, ao usar suas forças armadas e seus recursos defendendo seus aliados, o país se viu em uma situação precária. A instauração de um novo modelo de política, teve como consequência a necessidade da criação de “um novo homem” (BORTOLANZA; RINGEL, 2016).

Segundo Figueiredo (1945), a Psicologia então, precisou se expressar por estes princípios, realizando seus estudos apoiados nos conceitos marxistas do materialismo dialético. Um destes conceitos, era que a essência humana é o conjunto de todas as relações sociais do homem, era nesse ponto que a Psicologia, ao tentar superar as dicotomias das ciências até então entre o social e o indivíduo, se embasava. Este novo regime foi instaurado em 1921, com a liderança de Lenin, onde o país necessitava enfrentar vários problemas. Assim, a renovação não se limitava apenas a reconstruir o país, mas também construir uma nova sociedade e uma nova ciência (LUCCI, 2006). Os principais autores que se propuseram a orientar este projeto foram Lev Semionovitch Vigotski, Alexis Nikolaevich Leontiev e Alexander Romanovich Luria. Porém, no início de seus trabalhos, a Psicologia russa estava ligada a europeia por laços culturais. Mas ao longo do tempo, seus estudos foram marcados pelas ideias evolucionistas disseminadas na Rússia pré-revolucionária, fundamentalmente relacionadas pela filosofia de Marx e Engels (SIRGADO, 1990). A necessidade de afirmação ideológica e a demanda de desenvolvimento, fizeram com que a ciência fosse extremamente valorizada, já que havia a perspectiva de solução. Assim, a Psicologia Soviética estava dividida em duas tendências, a voltada para a explicação dos processos sensoriais e reflexos, e outra para os processos psicológicos superiores. Com Vygotsky, o pensamento muda de perspectiva ao propor uma superação desta dicotomia através da aplicação dos métodos e princípios do materialismo dialético (REGO, 1995).

A visão teórica da abordagem sócio histórica, consiste em conhecer o fenômeno psicológico em sua concretude, a partir de dois conceitos que embasam seu método: Consciência e Atividade (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007), além de caracterizar os aspectos humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como eles se formaram ao longo da história (VYGOTSKY, 1984). Portanto, busca compreender a relação entre o indivíduo e o ambiente, identificar as formas de atividade que determinaram o trabalho como meio fundamental desta relação e suas consequências psicológicas, e realizar uma análise entre o uso de instrumentos e o desenvolvimento da linguagem (REGO, 1995).

Seu ponto central é de que os fenômenos psicológicos são processos em constante mudança, já que se desenvolvem em um contexto histórico social juntamente aos indivíduos que o produz. A análise da teoria é baseada ao princípio econômico de mais valia, investigada

por Marx (1977) em que o valor de uma mercadoria é comandado pelo capital, onde o valor do trabalho não é proporcional ao lucro gerado pelo processo, já que gira em torno do tempo de trabalho, ou seja, determinado pelas condições sociais – a estrutura psicológica é integrada e parte viva de um todo (SIRGADO, 1990). Este conceito faz parte da análise de Vigotsk (1984) sobre a consciência, que além de integrada, ela é determinada pelas condições sociais e históricas onde se transforma em produções simbólicas através de um processo de internalização, onde certos aspectos da estrutura da atividade que se realizaram no plano externo passam a acontecer num plano interno. A consciência é constituída pelas funções psicológicas superiores, onde os indivíduos se desenvolvem a partir deste processo de internalização das formas culturais do comportamento. Estas funções são tipicamente humanas, referem-se a mecanismos intencionais, ações conscientes e processos voluntários que dão ao indivíduo independência. São tipicamente humanos devido ao fato de não serem inatos, e sim, desenvolvidos pelo processo de internalização (REGO, 1995). Segundo Luria (1992), estas funções surgem da interação dos fatores biológicos com os fatores culturais, que evoluíram progressivamente. A dicotomia objetividade-subjetividade, portanto, é negada, na medida em que ambos coexistem em uma relação de mediação (BOCK; GONÇALVES; FURTADO; 2007).

Em relação a atividade os autores Bock, Gonçalves e Furtado (2007), enfatizam que ela é fator central na constituição do sujeito. Com a atividade, o homem transforma a natureza e por ela se transforma, se utilizando de instrumentos, e se apropriando dos mesmos. Segundo Rego (1995), o instrumento amplia a possibilidade de intervenção na natureza, provocando assim mudanças externas. Ao contrário dos outros animais, os seres humanos se apropriam na medida em que através dos instrumentos mudam a natureza, mas também possuem a capacidade de conservar estes instrumentos, passar seu modo de uso para os outros, aperfeiçoa-los e criar novos a partir dos já existentes. Segundo Sirgado (1990). Este movimento de apropriação, é inverso ao de objetivação, uma vez que as funções psicológicas existem primeiro ao nível social, para depois existirem no individual, justamente pelo processo de internalização das produções culturais. Ainda segundo Bock Gonçalves e Furtado (2007), levando em consideração que o trabalho é a transformação da natureza pelo homem social, a atividade é determinada pela organização do trabalho na sociedade. Este conceito é relacionado a definição de Marx e Engels (1977) sobre o trabalho, onde elucidam que o homem age sobre a natureza a modifica. Como elucidada Sirgado (1990), essa produção do sujeito pelo trabalho se constituiu a partir dos objetos por ele criado, onde o mesmo se reconhece no objeto e é por ele reconhecido. Todo o processo se concretiza a partir dos instrumentos, uma vez que conduz a ação humana.

Segundo apontam Bock, Gonçalves e Furtado (2007), a Psicologia Sócio-Histórica, descreve o homem como um ser ativo, social e histórico. O sistema simbólico fundamental para a constituição deste sujeito é a linguagem, ela organiza os signos e possui um papel de formar as características especificamente humanas, funciona como elemento mediador que permite a comunicação entre os indivíduos o estabelecimento de significados. O signo é um instrumento na medida em que auxilia o homem nas suas atividades psicológicas (REGO, 1995). Com a linguagem, o homem se desenvolve através da mediação dos signos, internalizando o social. Estes instrumentos são meios de contato com o exterior, logo, em um processo dialético, o indivíduo se mantém em conexão com a própria consciência. É o elemento que integra as funções psíquicas superiores. Assim, a teoria afirma que a subjetividade é construída a partir de mediações sociais. O objetivo da teoria é a compreensão desta subjetividade, onde seu ponto de partida é a linguagem. É através dela que o homem se humaniza e materializa o mundo das significações, ao exteriorizar um processo interno e o relacionar com uma atividade exterior. A Psicologia Histórico Cultural, portanto, realiza um esforço analítico de ultrapassar as formas de significação e ir em busca das determinações, que se configuram no plano do sujeito, para se chegar ao sentido atribuído pelo mesmo (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2007).

Segundo o autor Gonzales Rey (2001), a subjetividade coloca o indivíduo e a sociedade em uma relação indivisível, já que é representada por realidades que por sua própria dinâmica modificam sua autorganização e então, define a psique a um nível histórico-cultural, onde as funções são percebidas como processos de significação de sentidos. Segundo o mesmo autor, em seu texto de 2012, o tema da subjetividade pautado em uma análise social, foi de grande importância para a superação da dicotomia subjetividade-objetividade. Antes desta postulação, a Psicologia era dominada pela ideia do real concretizado no mundo material externo ao indivíduo, caracterizada por uma busca da objetividade excluindo a dimensão simbólica. Para o autor, a ênfase no caráter simbólico da realidade se destaca na Psicologia Cultural-Histórica, na medida em que a natureza simbólica da realidade humana é por ela considerada como o que distingue a realidade cultural. A partir desta visão, as perspectivas naturalistas e individualistas da Psicologia são refutadas.

As autoras Aita e Facci (2011) expõem como a lógica marxista compreende a subjetividade, nela entende-se que o próprio homem produz sua existência, logo, ele não apenas precisa se adaptar a natureza, mas também a transformar. Além disso, a abstração humana não é inerente ao indivíduo particular, mas sim é o conjunto de relações sociais, ou seja, um produto das relações sociais. O desenvolvimento do homem é, portanto, um processo histórico e social, visto que para se humanizar, é necessário que se aproprie da cultura e de seus mediadores.

Partindo desta concepção entendem-se que a subjetividade é então construída a partir do processo de apropriação dos conhecimentos adquiridos historicamente. É por meio do processo de mediação que o sujeito usa os instrumentos sociais e passa a ser capaz de utilizá-los, e compreende a internalização dos conhecimentos construídos pela humanidade (AITA; FACCI, 2011). Outro modo de se pensar na subjetividade ainda considerando os aspectos marxistas se refere a teoria da subjetividade de Gonzales Rey. Segundo Silva e Cappelle (2013), Gonzalez atribui a subjetividade a algo que não é internalizado no indivíduo, para ele a cultura representa um sistema subjetivo gerador de subjetividades. Nessa concepção, os sentidos subjetivos procedentes das experiências atuais e anteriores do sujeito constituem subjetivamente sua manifestação em cada espaço social concreto.

A escolha da abordagem histórico cultural para compreender a relação entre as vulnerabilidades sociais referentes a insegurança habitacional e a subjetividade, se deu por ser uma teoria crítica que, segundo Duarte (2013) parte de uma visão de que a sociedade é constituída através de relações de dominação. Ela busca entender por exemplo como as áreas de atuação dos homens, incluindo a Psicologia, contribui ou não para a reprodução destas relações.

## 2.2. A PSICOLOGIA SÓCIO COMUNITÁRIA

O termo comunidade fornece amplas possibilidades de problematização, na perspectiva da psicologia social crítica, Sawaia (2000) indica a relevância das divisões individuais e sociais para a formação de um conceito de comunidade ao longo do processo histórico de produção do conhecimento, onde se fortalecem concepções individualistas. As características de continuidade, intimidade e engajamento em crenças comuns são presentes nas comunidades, além de um lugar no qual os indivíduos vivem seu cotidiano, se relacionam, desejam e se desenvolvem e onde é articulado as práticas sociais, porém, se associam ao modo vigente da sociedade que desenvolve cada vez mais os aspectos individualizantes, marcando um descompasso entre estas relações (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

O surgimento da Psicologia inserida neste contexto, se deu com o objetivo de atender os grupos que sofriam com a falta de atenção de agências governamentais que deveriam representa-los e atender a suas demandas, além de promover a conscientização da importância do envolvimento da comunidade em tomadas de decisões relacionados a problemas de transformações sociais, ambientais e políticas, desconstruir os conceitos individualizantes que a sugam e intervir nas questões psicossociais que abrangem a comunidade. Os principais autores

que serviram de influência para a disciplina foram Paulo Freire e Orlando Fals Borda, que forneceram um modelo de pesquisa-ação com o objetivo de promover ideias de auto-gestão nas comunidades (ARENDR, 1997). Possui uma perspectiva social crítica, na medida em que sua metodologia busca apoio na dialética marxista, no desenvolvimento social e econômico e com a interdependência entre fatores estruturais e psicológicos (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Segundo Vera – Silva (2015), a Psicologia Social Comunitária pode contribuir com o desenvolvimento dos saberes, a partir do acolhimento e atenção psicossocial em programas e políticas públicas, buscando a produção de Subjetividades, inclusão psicossocial, educação e desenvolvimento social. O objeto deste campo do saber, é a análise do processo do reflexo psíquico do lugar/comunidade. Estuda os significados, os sentidos e o modo como esse conjunto se apresenta nas atividades acerca da vida comunitária. Considera o sujeito que busca, especialmente mediante a atividade comunitária, superar situações de opressão. Esse antagonismo se origina e se sustenta nos compromissos ético-políticos e vínculos afetivo-sociais que o morador estabelece com sua comunidade, seu sistema cultural e demais moradores (OLIVEIRA, et al. 2008).

### 2.3. O PROBLEMA DA VULNERABILIDADE

O conceito de vulnerabilidade surgiu na década de 1980, onde referia-se a pessoas que apresentavam uma gama maior de fatores associados ao HIV. Assim, o termo foi inserido no contexto da saúde, e em diversos contextos sociais. Com o termo designou-se grupos de indivíduos fragilizados, que necessitam de auxílio e proteção (AYRES, et al. 2009). O fenômeno é estudado por muitas décadas por vários campos dos saberes. Etimologicamente possui seu significado referente a uma condição inerente dos seres humanos, como sintetiza Carmo e Guizard (2018), indivíduos que naturalmente necessitam de assistência, portanto, este significado é de uma perspectiva individualista (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2021).

Assim, o tema necessita ser ampliado para a consideração da análise de materialidades das vivências humanas, principalmente tendo como foco uma perspectiva social. Segundo Almeida, Pinto e Cardoso (2021), é necessário realizar uma aproximação entre exclusão e vulnerabilidade, na medida em que o primeiro termo elucidada as questões sociais e abrange grande parte das relações humanas, diante disso, enfatiza que os sujeitos em situação de vulnerabilidade social são excluídos de participarem dos espaços não só geográficos, mas também simbólicos. O termo exclusão social, sobretudo, é amplamente usado na definição de pobreza e marginalidade, porém, ela é entendida como parte das relações sociais expressas pela

precarização do trabalho, desqualificação social, desagregação indenitária e desumanização (SCOTT, et al. 2018). No contexto do atual sistema econômico, as complexidades dos sujeitos não são devidamente consideradas e assim, facilmente retirados de determinados locais. O capitalismo cumpre seu papel de promotor de exclusão, ao impulsionar cada vez as desigualdades sociais e ser sustentado naturalmente pela exploração, isto implica em experiências de vulnerabilidade sociais potencializadas (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2021; SCOTT; et al. 2018).

Em níveis de assistência e saúde, a vulnerabilidade é um conceito referido a indivíduos que estão mais propícios a sofrerem danos, sem possibilidade de alcançar melhor qualidade de vida devido a desvantagens na mobilidade social. Portanto, ele pode mudar sua condição uma vez que é apoiado, logo, este estado é relacionado a contextos individuais, mas também coletivos. O contexto de vida dos sujeitos influencia diretamente em como se expressam, se enxergam e se posicionam em relação a realidade, quando acontece a indiferença do olhar do poder público a programas de proteção social, cria-se uma reprodução intensa de opressão tanto no âmbito de direitos como o da livre expressão de subjetividades. (CARMO, GUIZARD, 2018).

Segundo Carmo e Guizard (2018), ao mesmo tempo que a área da saúde reconhece a máxima das conjunturas macrossociais, ela também considera os aspectos individuais que são fundamentais para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade. O equívoco de considerar apenas aspectos individualizantes, gera uma tendência a culpabilização dos sujeitos. Na assistência social, o conceito de vulnerabilidade é entendido como privações e desigualdades advindos de situações de pobreza, o termo se destaca pela eminência de um risco e desvinculação social dos indivíduos. Devido as condições de distribuição de renda precários, a superação das vulnerabilidades se torna extremamente dificultadas, nesse sentido, associasse a vulnerabilidade a aspectos de precariedade na garantida de proteção social e acesso a serviço e recursos que podem realizar a manutenção da qualidade de vida.

Na Psicologia o tema é pouco explorado, porém, suas análises indicam a vulnerabilidade como desequilíbrio ente recursos materiais e simbólicos disponíveis ao sujeito e suas necessidades. Em relação a exposição a riscos, ou seja, situações desfavoráveis que afetam a qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos, as vulnerabilidades devem ser analisadas de acordo com a capacidade que o grupo ou o indivíduo pode enfrentar tais situações. Além de exposição a riscos, outros aspectos influenciam na vulnerabilidade, como aspectos demográficos e socioeconômicos, também a Psicologia abrange uma visão multidimensional deste fenômeno. Este tipo de questão, está relacionado a falta de oportunidades e dificuldade

de lidar com este fato, no contexto em que o indivíduo está inserido, em a acessibilidade de oportunidades se torna inalcançáveis, interferindo negativamente no desenvolvimento. A vulnerabilidade vai além da dimensão material, pois perpassa desde a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços a que tem acesso, até as formas de proteção proporcionadas pelo Estado e que interferem na sua qualidade de vida e bem-estar (SCOTT, et al. 2018).

O fenômeno da vulnerabilidade evidencia a multiplicidade de fatores que o determinam, fatores estes que se alinham à constatação de que os sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens. Assim, justiça e equidade na distribuição de riquezas, poder decisório e na estrutura de oportunidades, garantia de direitos pelo poder público e a ativa participação popular são o caminho para a superação do fenômeno (SCOTT, et al. 2018).

#### 2.4. O FENÔMENO DA MORADIA

O direito à moradia é de valor imensurável, na medida em que não pode ser impedido de nenhuma maneira, como prevê a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos e na própria constituição brasileira de 1988. A moradia tem valor para quem nela vive e nela se instala, não se trata, portanto, de apenas de uma questão legal, se trata de um direito a dignidade humana e a autonomia, ou seja, é atrelado diretamente ao processo de humanização (FILHO, 2019). Segundo Spink, et al. (2020), o direito à moradia é formulado em dois dos documentos que constituem a base de princípios adaptados pela Organização das Nações Unidas, a Declaração dos Direitos Humanos (DUHD) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à moradia é enunciado no parágrafo 1 do artigo 25º:

“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (Nações Unidas, 1948, p. 1).”

Em 1966, foi aprovado o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que, em seu artigo 11, parágrafo 1, estabelece que todos os estados participantes reconhecem o direito de todos os indivíduos possuírem um nível de vida suficiente, ou seja, acesso a alimentação, vestimentas e moradias, além da possibilidade de desenvolvimento das suas condições de existência (Brasil, 1992).

No Brasil, o direito à moradia também é garantido no artigo 6º da Constituição brasileira, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015, em que enfatiza os direitos sociais, de saúde, educação e moradia (Brasil, 1988, p. 18).

Segundo Nakano (2021), o ato de habitar é constituído por elementos de ligação entre os indivíduos e o lugar ao qual se vive, estas ligações são objetivas, subjetivas, materiais e imateriais. Assim, a perda habitacional implica inevitavelmente a perda de um lugar e de ligações importantes. As vulnerabilidades desta questão implicam necessariamente na insegurança em relação a habitação, no momento atual apenas 66,4% da população de baixa renda que possuem casas próprias e quitadas (IBGE, 2020), o restante se encontra em situações de aluguel, ainda pagando as prestações ou em ocupações. No primeiro caso, a insegurança habitacional se manifesta quando existe a possibilidade da perda do imóvel devido a respaldo jurídicos por parte dos proprietários a obrigarem os inquilinos a saírem do imóvel alugado. No caso de pessoas que ainda não pagaram seu imóvel, a insegurança se dá à incapacidade daqueles moradores de continuar arcando com o pagamento. No último caso, a vivência em uma habitação cedida ou ocupada de forma irregular configura uma instabilidade de controle sobre permanência (NAKANO, 2020).

Segundo Siqueira (2019), a interlocução da Psicologia e a questão da moradia, se encontra, antes de tudo, vinculado ao trabalho de se colocar em uma posição crítica e de transformação da sociedade e na melhoria da condição de vida da população, entendendo que o discurso, além de simbólico e singular, tem também uma raiz política, um mundo social que constitui a experiência subjetiva. Ainda segundo a autora, o problema habitacional é relacionado a inadequação das condições básicas e transcende apenas ter uma moradia, não ter um lugar físico para morar contribui para desvelar a realidade de seu lugar social como lugar de não existência, os processos subjetivos e singulares dos indivíduos não podem ser compreendidos isoladamente, dissociados dos aspectos políticos. Existe uma visão generalizante e preconceituosa sobre pessoas em vulnerabilidade social, a experiência violenta desse estigma também compõe a subjetividade destes indivíduos. A Psicologia tem então como objetivo desnaturalizar estas visões que é internalizada pela população em geral, além de não seguir a via categorizante e individualizante, atuando assim, sobre processos que envolva os cidadãos de forma psicossociais. (SIQUEIRA, B. A., 2019)

Além disso, as ações devem ser tomadas junto a serviços de saúde pública, na perspectiva de promover autonomia e protagonismo do cidadão que é cuidado, um sujeito ativo e de direitos, que pode e deve reivindicá-los. A direção da atuação da Psicologia deve ser para a construção de uma sociedade mais igualitária, menos preconceituosa e excludente. Para além

da singularidade humana, todo sofrimento tem uma raiz política, a relação entre a violação dos direitos e o sofrimento é real e possível de ser percebida quando se olha diretamente para este contexto (SIQUEIRA, 2019).

Assim se coloca como problema da Psicologia a questão da moradia por ser um direito básico a toda a população que traz consigo experiências de subjetividades e influencia também no sofrimento. A Psicologia ao produzir ciência, interfere e transforma a sociedade, assim como Duarte (2013) enfatiza, ela também se configura como campo que necessita se questionar sobre sua contribuição para a não reprodução deste sofrimento, e sobre qual é o seu papel na garantia de direitos e na transformação da realidade.

### 3 MÉTODO

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

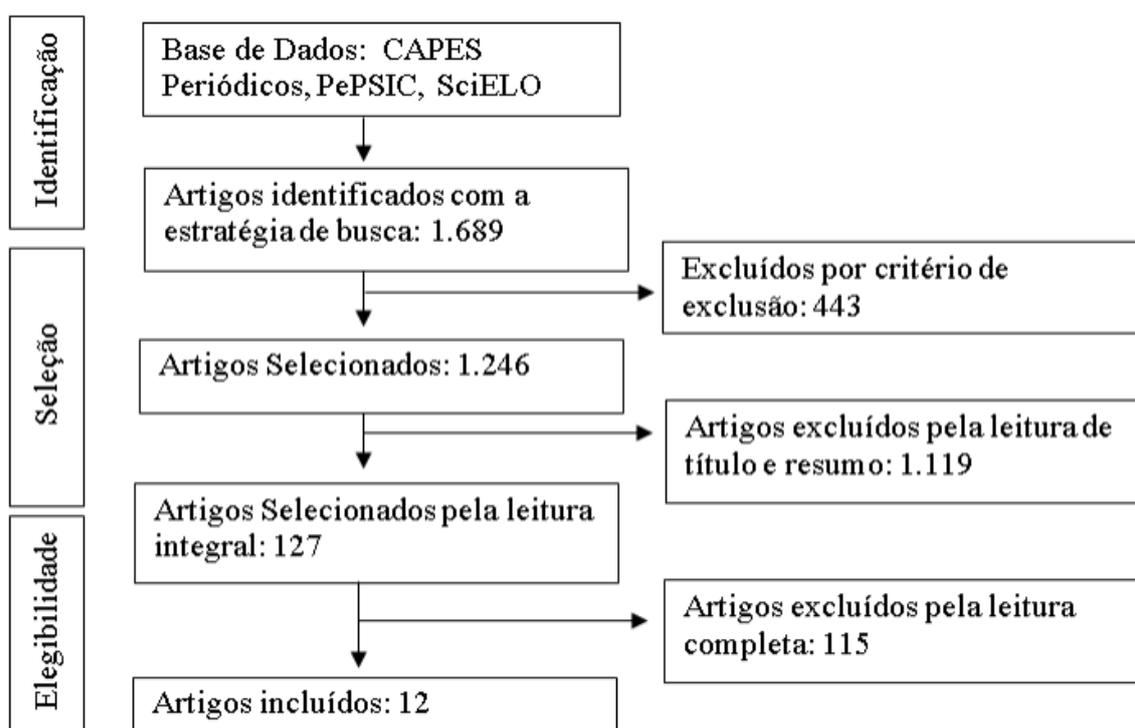
A metodologia utilizada no presente trabalho teve características de um estudo teórico, que, segundo Gil (2010), é desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica, onde a base de dados é retirada de materiais já elaborados. Este tipo de pesquisa permite uma ampla investigação dos fenômenos, proporcionando maior contato com o problema da pesquisa o tornando mais claro. Refere-se à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, monografias, teses entre outros materiais. (Zambello et al, 2018). Foi orientada a partir da investigação científica de revisão sistemática, que tem por objetivo reunir e avaliar criticamente uma síntese dos resultados de múltiplos estudos (CORDEIRO, et al. 2007). Se caracteriza por ser um estudo realizado mediante a aplicação de métodos sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. Possuem sua relevância por integrar as informações e identificar temas que necessitam de evidência para investigações futuras. Permitem a maior integralidade de resultados encontrados sobre um determinado tema, além de possibilitar a avaliação destes resultados entre populações e grupos (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

#### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

As bases de dados utilizadas, consultadas entre maio e julho de 2022, foram: periódicos Capes, Scielo e PEpsic. As palavras utilizadas para a busca foram selecionadas a partir de composições que envolviam contextos de vulnerabilidade social ligados à habitação e construção da subjetividade a partir da abordagem histórico cultural. Os termos utilizados e combinados nas bases foram: A) subjetividade; B) habitação; C) Psicologia Sócio Histórica; D) vulnerabilidade; E) moradia. Os termos poderiam aparecer no título, resumo ou palavras-chave. No total, foram encontrados 12 artigos. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos de periódicos científicos; artigos em português, espanhol e inglês; conceito de subjetividade a partir da teoria histórico cultural; atenção psicossocial; público de amostras gerais; recorte temporal de 2010 a 2022. Critérios de exclusão adotados: tema (excluindo artigos direcionados a outros tipos de vulnerabilidade); outras línguas; tipo de teoria (excluindo outras teorias psicológicas, psicoterapia clínica e formação de outros aspectos da individualidade) e outros campos de saberes.

O Fluxograma, baseado no modelo PRISMA, a seguir apresenta a descrição do processo de seleção das publicações. A declaração Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises é uma diretriz de relato que foi desenvolvida para lidar com relatos incompletos de revisões sistemáticas (PAGE, 2022). O objetivo do PRISMA é padronizar e orientar os pesquisadores, para que os relatos de revisões sistemáticas sejam realizados de forma adequada e consistente. O fluxograma tem por objetivo mostrar os estudos disponíveis na literatura, o número de relatos encontrados, os artigos selecionados através de critérios de elegibilidade e exclusão, para que assim identifique os materiais utilizados. O fluxograma do PRISMA, deste modo, identifica as informações sobre essas fases do processo de revisão (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015).

**Quadro 1:** Fluxograma



**Fonte:** produção da autora.

O quadro 1 mostra o processo de seleção dos artigos em suas diversas etapas e o respectivo número de artigos em cada uma. As referências captadas foram incluídas em pastas, nas quais constavam todas as referências selecionadas e os respectivos artigos completos em formato pdf. Primeiro, foi realizada a busca, com os termos combinados, em cada uma das bases de dados, identificando o número total de artigos. Logo depois, foi realizada a inclusão dos

critérios de exclusão e elegibilidade dos artigos para a seleção. Foram incluídos, na presente revisão, 12 artigos. Muitos desses artigos avaliaram diferentes desfechos para um mesmo objetivo. Dessa forma, a partir dos 12 artigos selecionados para descrever os resultados, foram geradas as análises.

### 3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados utilizada teve como base a análise qualitativa, através da interpretação e dos significados dos fenômenos referentes à subjetividade e a insegurança habitacional, baseando-se na perspectiva histórico-cultural. Com isso, segundo Gil (2010), é possível a observação, a reflexão e a interpretação do fenômeno.

A escolha da abordagem histórico cultural para a base dos estudos se deu ao fato de esses fenômenos possuírem suas estruturas fundamentalmente desenvolvidas pela dialética social e histórica, amplamente teorizadas pela abordagem. Os dados foram coletados a partir de artigos científicos que tratam destes fenômenos e dos seguintes conceitos: dimensão habitacional, subjetividade, cultura, sociedade e vulnerabilidade. A pesquisa obteve orientação a partir da leitura seletiva dos materiais citados, onde foi realizada a leitura e interpretação apenas de materiais relevantes ao objetivo da pesquisa, permitindo uma relação mais profunda dos temas (GIL, 2010).

#### 4 RESULTADOS

A partir da seleção dos artigos, foi possível a elaboração de uma tabela contemplando os principais itens dos métodos e dos resultados de cada artigo selecionado nas bases de dados, especificando os autores, os anos de publicação, os métodos de estudo e os objetivos. Foi construída, então, a tabela, exposta no quadro 2, na qual cada linha da mesma correspondia à cada item analisado. Os resultados apresentados são de acordo com o objetivo de cada um dos artigos, apresentados de maneira resumida.

**Quadro 2:** Artigos selecionados pelas bases de dados CAPES, PePSIC e SciELO.

Estudo, Autores e Ano	Método	Objetivo	Resultados
Instrumento WHOQOL-100 e políticas públicas: avaliação da qualidade de vida de população alvo de política habitacional, Artigo. CARVALHO, B. F. de et al, 2021.	A pesquisa tem como procedimento a aplicação do questionário WHOQOL a 101 domicílios do conjunto habitacional Residencial Caminhos da Montanha, localizado em São José dos Campos.	Visa investigar o uso do questionário WHOQOL - 100 como instrumento de análise da qualidade de vida de uma população atendida por política habitacional.	Encontraram-se baixos escores de autoavaliação de qualidade de vida, ambiente e subjetividade comparados aos dados disponíveis em publicações acadêmicas que avaliam, no geral, populações adoecidas.
Subjetividade e subsistência sustentável em famílias afetadas por desastres hidrometeorológicos na região de Atacama do Chile. SANDOVAL, D. J. et al, 2020.	Foi realizado estudos de caso qualitativo, selecionando 15 chefes/as de família afetados por um desastre no Chile. Os dados são produzidos por meio de entrevista episódica.	O presente estudo analisa a dimensão subjetiva das capacidades e meios de subsistência das famílias afetadas por um desastre hidrometeorológico em Copiapó, Chile.	Os resultados encontrados foram que as famílias, apresentam capacidades resistentes que possibilitam meios de enfrentamento. O desastre intensificou as vulnerabilidades. A escassez de recursos políticos estava ligada à ausência de organizações coletivas que canalizassem as diferentes demandas pós-desastre.
Contribuições da Psicologia às Lutas Transversais Travadas em Meio às Metrôpoles de Privilégios. REIS, C. BARBOSA, R. B., 2019.	Parte do conceito de lutas transversais, trazendo duas experiências de pesquisa e extensão realizadas na Comunidade Indiana, no bairro Tijuca, no Rio de Janeiro e o outro na Grande Cruzeiro, em Porto Alegre.	Tem por objetivo refletir sobre as possibilidades de contribuição da Psicologia a ações de enfrentamento e evidenciar as articulações entre produção de subjetividade e as problemáticas	Nos territórios estão evidenciados processos de construção de subjetividades culpadas, configurando-se, portanto, esse como um importante campo de inserção para a Psicologia junto às estratégias de resistência desenvolvidas nos territórios. Cabe à Psicologia

		decorrentes das desigualdades de acesso à moradia e à cidade.	dar visibilidade às formas de submissão.
Território e Subjetividade: narrativas de jovens em uma remoção urbana. KAMMSETZER, C. S. PALOMBINI, A. L., 2017.	A pesquisa acompanhou um projeto de extensão universitária realizado em uma comunidade de Porto Alegre em processo de remoção e reassentamento associado às reformas para sediar a Copa do Mundo de 2014.	Discutir a relação entre juventude e território, contrapondo o espaço ocupado ao ideal de cidade e subjetividade contido nas remoções urbanas.	As narrativas dos jovens dizem respeito a um desejo de cidadania. De que possam ter um lugar de moradia que possam acessar atividades culturais e serviços, onde expressem seus modos de ser; que possam circular livremente em seu território de moradia, bairro e cidade. Possuem desejo de permanência de conquistas de cidadania.
Urbanização subalterna em tempos de pandemia. Assentamentos informais no Chile ZENTENO-TORRES, E.; MUNOZ-SALAZAR, P.; ROSSO-AVILA, B., 2022.	Foram aprofundadas as decisões para a transferência para o acampamento, o processo de autoconstrução e as experiências de vivência.	Este artigo descreve os primeiros impactos da emergência sanitária COVID-19 na habitação.	Embora a pandemia tenha sido um fator acelerador que expôs a vulnerabilidade das famílias de baixa renda, a vivência no acampamento possibilitou melhorar suas condições de vida, tanto em um contexto de abandono quanto de incerteza.
Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. VARGAS, M. A. R., 2016.	Trata-se da experiência de moradia a partir da evidenciação de sentidos que são atribuídos à casa e ao Lugar, apontando para outras dimensões relacionais com o espaço.	Este artigo se propõe a refletir sobre a experiência de grupos afetados por desastres e em processo de vulnerabilização social	A moradia é elemento fundamental para a reprodução social. Uma das características que esse contexto permite é o enraizamento e pertencimento e identidade, ainda que em situação precária. Um território representa a relação do sujeito coletivo com o espaço.
Os Impactos Da Vulnerabilidade Social Na Construção Da Subjetividade. ALMEIDA, M. F. DE; PINTO, M. A. DE P.; CARDOSO, L. F. V., 2020.	Pesquisa qualitativa descritiva e bibliográfica. Teve um recorte de 1990 a 2020. Com subsidio teórico a Teoria Social Critica.	Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo sobre o conceito de vulnerabilidade social e seus impactos na construção da subjetividade	Concluiu-se que a relação da vulnerabilidade social na construção das subjetividades humanas, se dão de forma correlatas, pois existem multinterações com as quais os fenômenos “vulnerabilidade” e

			“subjetividade” se constróem.
Espaços e subjetividades: narrando as trajetórias da vulnerabilidade. GRINBERG, S. et al, 2014.	Desenvolveu-se baseado em duas investigações realizadas em Buenos Aires, Argentina e Santiago, no Chile. Metodologicamente, utilizam-se narrativas visuais e orais dos alunos dos estabelecimentos educacionais, que vivem em contextos de pobreza/vulnerabilidade.	Objetivou-se explorar como se produzem, reproduzem e recirculam espaços e corpos que são denominados como "vulneráveis"	As narrativas dos alunos nos mostram como em seus processos de subjetivação, eles enfatizam estados de equilíbrio e assimilam seu espaço e tempo a coordenadas que são reconhecidas pela sociedade. Assim, ao se tornarem visíveis como sujeitos que habitam espaços de marginalidade e vulnerabilidade, reproduzem esses conceitos em seus próprios processos de subjetivação.
Habitando nos lugares: subjetividade e capacidade familiares ante um desastre siconatural no Chile. ROJAS-PÁEZ, L.; SANDOVAL-DÍAZ, J. S., 2019.	Utilizou-se um desenho de caso qualitativo, selecionando, por amostragem teórica, 10 mulheres chefes de família e três agentes institucionais vinculados ao deslocamento e reconstrução habitacional pós-desastre.	Analisa a dimensão subjetiva da vulnerabilidade de famílias atingidas por um terremoto no Chile.	Os resultados desta pesquisa mostram a relevância do papel da dimensão subjetiva no processo de vulnerabilidade por desastre e, especificamente, dos processos de deslocamento e reassentamento orientados para uma perspectiva multidimensional do viver.
Experiências de vulnerabilidade: das estratégias as táticas subjetivas, ARTEAGA A, C.; PEREZ T, S., 2011.	O artigo discute como os indivíduos empregam certas práticas para enfrentar os riscos socioeconômicos.	Enfatiza os significados de estigma, vergonha e orgulho, como elementos que mobilizam uma tática de esconder crises.	A estabilidade não se encontra, mas sim uma experiência de instabilidade crônica e estrutural. Ou seja, a vulnerabilidade não perturba uma costura estável;
Intercessão entre políticas: Psicologia e produção de cuidado nas políticas públicas. ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, C. E. A. B.; PAULON, S. M., 2018.	Apresenta a complexidade e tensões que se atualizam neste campo, na medida em que coexistem práticas de cuidado e modos de gestão paradoxais.	Este texto tem como objetivo discutir o cuidado no campo das políticas públicas, com especial enfoque à inserção da Psicologia nas políticas de saúde e de assistência social.	Destaca a importância de se considerar as tensões produzidas na interface entre produção de subjetividade e política. Deste modo, a ampliação do campo de trabalho da Psicologia com as políticas públicas permite afirmar práticas de cuidado em conexão com

			processos que favorecem a expansão de vida.
A Habitação como Determinante Social da Saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. MAGALHÃES, K. A. et al, 2013.	Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quanti-qualitativa, realizado entre agosto e setembro de 2007, no município de Paula Candido, MG. Foram entrevistados 116 indivíduos cadastrados no programa, por meio de questionário semiestruturado.	Objetivou-se avaliar as condições de habitação e de saneamento de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF), bem como analisar os significados dos sujeitos entrevistados sobre sua moradia.	Verificou-se que ambos os grupos – beneficiário e não beneficiário – enfrentam condições adversas que limitam sua inserção e emancipação social. Quanto ao significado da moradia, denotam o sonho por uma casa melhor e/ou a casa própria, a aquisição de bens e eletrodomésticos básicos que possam compor o espaço da habitação.

**Fonte:** Produção da autora.

Ao todo foram encontrados 12 artigos. Desses artigos, cinco são teóricos (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2020; ZENTENO-TORRES; ARTEAGA; PEREZ, 2011; MUNOZ-SALAZAR; ROSSO-AVILA, 2022; ROMAGNOLI; NEVES; PAULON, 2018; VARGAS, 2016) e sete são interventivos (CARVALHO, et al. 2021; GRINBERG, et al. 2014; KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017; MAGALHÃES, et al. 2013; REIS; BARBOSA, 2019; ROJAS-PÁEZ; SANDOVAL-DÍAZ, 2019; SANDOVAL, et al. 2020). Todos os artigos tiveram seus estudos aplicados em públicos em situação de vulnerabilidade. Foram selecionados do ano 2010 até 2022, portanto, foram encontrados dois artigos publicados em 2020 (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2020; SANDOVAL, et al. 2020), dois em 2019 (REIS; BARBOSA, 2019; ROJAS-PÁEZ; SANDOVAL-DÍAZ, 2019) e o restante teve seu período de publicação entre 2011 e 2022 (ARTEAGA; PEREZ, 2011; CARVALHO, de et al. 2021; GRINBERG, et al. 2014; KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017; MAGALHÃES, et al. 2013; ROMAGNOLI; NEVES; PAULON, 2018; VARGAS, 2016; ZENTENO-TORRES; MUNOZ-SALAZAR; ROSSO-AVILA, 2022). Os anos que não houveram publicações, referentes ao levantamento de dados deste estudo, foram os anos de 2010, 2012 e 2015.

Os artigos que foram usados na análise de dados foram em sua grande maioria, voltados para a Psicologia Social. Porém foram utilizados estudos também das Ciências sociais e Saúde Pública. Foram oito artigos voltados para a Psicologia social (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2020; ARTEAGA; PEREZ, 2011; GRINBERG, et al. 2014; KAMMSETZER; PALOMBINI,

2017; REIS, BARBOSA, 2019; ROJAS-PÁEZ; SANDOVAL-DÍAZ, 2019. ROMAGNOLI; NEVES; PAULON, 2018; SANDOVAL, et al. 2020), três para Ciências sociais (CARVALHO, et al. 2021; VARGAS, 2016; ZENTENO-TORRES; MUNOZ-SALAZAR; ROSSO-AVILA, 2022) e um para Saúde pública (MAGALHÃES, et al. 2013). Os estudos foram realizados na América latina, sendo cinco com seus métodos utilizados na região do Chile (ARTEAGA; PEREZ, 2011. GRINBERG, et al. 2014; ROJAS-PÁEZ; SANDOVAL-DÍAZ, 2019; SANDOVAL, et al. 2020; ZENTENO-TORRES; MUNOZ-SALAZAR; ROSSO-AVILA, 2022), dois no Rio de Janeiro (REIS; BARBOSA, 2019; VARGAS, 2016), dois em Porto Alegre (REIS; BARBOSA, 2019; KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017), um em Minas Gerais (MAGALHÃES; et al. 2013), um em São Paulo (CARVALHO, et al. 2021) e os demais aplicados no contexto geral brasileiro (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2020; ROMAGNOLI; NEVES; PAULON, 2018).

Quanto a população investigada, três artigos analisaram grupo de indivíduos em situação de vulnerabilidade de maneira geral (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2020; ARTEAGA; PEREZ, 2011; ROMAGNOLI; NEVES; PAULON, 2018). O artigo dos autores Magalhães, et al. (2013), investigam 116 indivíduos cadastrados no programa do Bolsa família, enquanto que os autores Reis e Barbosa (2019), realizam uma pesquisa com moradores que se encontravam em meio a processos de remoção. Foi avaliado, em um dos artigos, 10 mulheres chefes de família e três agentes institucionais vinculados ao deslocamento e reconstrução habitacional pós-desastre (ROJAS-PÁEZ; SANDOVAL-DÍAZ, 2019), em outro, alunos de estabelecimentos de ensino que vivem em contextos de pobreza/vulnerabilidade (GRINBERG, et al. 2014). No artigo dos autores Carvalho, et al. (2021), foram avaliados 101 moradores de um conjunto habitacional, enquanto no do autor Vargas (2016), considerou-se moradores de áreas de risco. Foi também realizado um estudo através de 15 chefes de família afetados por um desastre (KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017) e de 13 entrevistados, cinco de nacionalidade chilena e oito imigrantes (ZENTENO-TORRES; MUNOZ-SALAZAR; ROSSO-AVILA, 2022).

#### 4.1 DEFINIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Em cada um dos artigos foram encontrados diferentes significados de vulnerabilidades, mas que se completam e se dialogam. No artigo do autor Carvalho et al. (2021), o conceito de vulnerabilidade é uma situação na qual o sujeito, está em níveis altos de pobreza e privação. Já os autores Almeida, Pinto e Cardoso (2020) e Grinberg et al. (2014), colocam como conceito

de vulnerabilidade condições de desigualdade social produzidas pelo crescimento do desemprego, da pobreza e de riscos. Nos artigos dos autores Torres, Salazar e Ávila (2022), Vargas (2016) e Rojas e Sandoval (2020), o conceito é voltado para as particularidades geográficas, onde enfatizam que resultam de dinâmicas de exclusão e segregação sócio-territorial. Os autores Magalhães et al. (2013) e Sandoval et al. (2020), completa indicando que o conceito está relacionado a múltiplos fatores desfavoráveis e múltiplas necessidades, sendo um fenômeno que abrange aspectos coletivos. Nos artigos de Tomagnol, Venes e Paulon (2018), Artega e Perez (2011), a vulnerabilidade é identificada como um fenômeno que é conduzido por meio de estratégias normatizadoras e naturalizadoras, que se materializam em práticas cujos efeitos são pertinentes a individualização. Segundo Reis e Barbosa (2019), é um mecanismo que opera para a construção de uma submissão e exploração, fortalecendo uma lógica de culpabilização e criminalização. Segundo Kammsetzer e Palombini, (2017), o fenômeno se caracteriza também pela falta de atenção do Estado.

Segundo Carvalho et al. (2021), ao citar O Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2014, expõe o conceito de vulnerabilidade como uma situação na qual o sujeito, seja pelas condições socioeconômicas ou por transformações ambientais, está em níveis altos de pobreza e privação extremas. Os autores Almeida, Pinto e Cardoso (2020), enfatizam que a análise etimológica do termo não compreende todas as facetas do fenômeno, uma vez que o considera como uma condição inerente do ser humano. Essas facetas são relacionadas a condições de desigualdade social produzidas pelo crescimento do desemprego, da pobreza e de riscos (GRINBERG et al., 2014).

Assim, se expande a discussão introduzindo o termo social e a aproximando da noção de exclusão social, onde os sujeitos são vedados de ocuparem um lugar material, geográfico e simbólico. Este conceito geográfico é exposto pelos autores Torres, Salazar e Ávila (2022), ao concluírem com seus estudos sobre assentamentos informais, que estes resultam de dinâmicas de exclusão e segregação sócio-territorial. Ainda neste aspecto, os autores Vargas (2016) e Rojas e Sandoval (2020), partem da concepção de que os desastres se originam da própria natureza dos sistemas sociais, sendo, pois, manifestações ostensivas de latentes vulnerabilidades da sociedade, o motivo é um desenvolvimento geográfico desigual em que as habitações são construídas na informalidade, e em áreas degradadas, intensificando os riscos.

A exclusão dos sujeitos é materializada por um conjunto de determinações que desenha a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente, a vulnerabilidade, então, é uma relação. Nesse sentido, ao analisa-la, devem ser considerados as relações e os contextos, as diferentes situações e condições que se articulam nos distintos momentos e localizações

(VARGAS, 2016). As pessoas em vulnerabilidade são aquelas que possuem não só um baixo nível de renda ou falta de acesso a serviços de qualidade, mas também múltiplos fatores desfavoráveis e múltiplas necessidades, além da falta de alternativas dos indivíduos frente ao empobrecimento, por isso, reforçam que é um fenômeno que abrange aspectos coletivos (MAGALHÃES et al., 2013; SANDOVAL et al., 2020).

A vulnerabilidade é um fenômeno que se desdobra e é conduzido através da sociedade capitalista, por meio de estratégias normatizadoras e naturalizadoras lançadas pelo Estado neoliberal, uma vez que este sistema econômico possui justamente uma natureza de exclusão e exploração, além de ser responsável pela crescente desigualdade social. Estas estratégias possuem como base uma historicidade marcada por relações de poder que se materializam em práticas cujos efeitos são pertinentes a individualização (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2020; TOMAGNOLI; VENES; PAULON, 2018; ARTEGA; PEREZ, 2011). Segundo Reis e Barbosa (2019), é um mecanismo que opera para a construção de uma submissão que junto a condições de vida precarizadas, explora o indivíduo, frente a um Estado que, historicamente fortalece uma lógica de culpabilização e criminalização dos mais vulneráveis. Segundo Kammsetzer e Palombini, (2017), além dessa lógica, o Estado trabalha dificultando as políticas de saúde, educação, assistência social e com fornecimento de água, luz e saneamento precários, o que impacta diretamente nos modos de ser comunidade; de se relacionar com a cidade e com o trabalho.

Focados na análise da atuação em políticas públicas, os autores Tomagnoli, Venes e Paulon (2018), enfatizam que devido a esse processo individualizante, a atuação do psicólogo referente ao fenômeno da vulnerabilidade ainda continua predominantemente privado, concluindo então, que a classe necessita fortalecer os movimentos de resistência, problematizar constantemente os aspectos da vulnerabilidade e questionar a lógica capitalista, não caindo na falha de naturalizar a miséria e a desigualdade. Assim como Carvalho et al. (2021), os autores se referem ao Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento enfatizando a importância do investimento em medidas e políticas que aumentem a resiliência e as capacidades daqueles que, de outra forma, permanecerão indefinidamente vulneráveis.

#### 4.2 VARIÁVEIS RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Ao analisar a subjetividade, os artigos seguem o estabelecimento de variáveis qualitativas. Os artigos que tem como autores Reis, Barbosa (2019), Grinberg et al. (2014) e

Almeida, Pinto e Cardoso (2021), identificam que este fenômeno depende de variáveis como processos nos quais os indivíduos se diferenciam, pensam e se inserem na dinâmica social. Outros artigos, relacionam estas variáveis ao processo histórico cultural o qual o indivíduo está inserido, a relacionando com mecanismos que fazem parte de cada um dos contextos os quais estão inseridos (CARVALHO et al., 2021; ROMAGNOLI; NEVES; PAULON, 2022; VARGAS, 2016; TORRES; SALAZAR; ÁVILA, 2022; KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017). Outra variável é a culpabilização, indicada pelos autores Reis, Barbosa (2019), Artega e Perez (2021), em seus artigos. No artigo de Magalhães et al. (2013), a subjetividade é composta por um conjunto de fatores compostos tanto por necessidades materiais e biológicas.

Para Reis, Barbosa (2019) e Grinberg et al. (2014), a subjetividade é construída a partir de processos complexos, que descrevem, diferenciam, organizam, classificam e diferenciam os sujeitos, bem como por modos de agir, sentir, pensar e habitar o mundo. Estes constructos estão limitados às suas condições históricas, políticas e econômicas. Assim, mecanismos de dominação, exploração e submissão, não são elementos externos que agem sobre uma subjetividade internalizada, pois não há uma subjetividade anterior aos contextos sociais os quais os indivíduos se inserem. Assim, a individualidade é produzida nestes mecanismos e fazem parte deles. Logo, as estratégias de submissão são tantas quanto as formas de resistências, possibilidades de fuga e assimilação dos sujeitos. O local o qual o indivíduo é inserido, desenvolve significações, onde é simultaneamente construído e construtor do indivíduo. A subjetividade, então, tem sua construção pautada em percepções e significados (CARVALHO et al., 2021; ROMAGNOLI; NEVES; PAULON, 2022; VARGAS, 2016; TORRES; SALAZAR; ÁVILA, 2022).

A construção da subjetividade, segundo Almeida, Pinto e Cardoso (2021), é produzida pela singularidade dos sujeitos e como produto social. É constituída a partir da relação do mundo material e social, o qual só existe pela atividade humana. Assim, os componentes de uma sociedade e sua historicidade, influenciam diretamente na forma como os indivíduos se percebem e são percebidos. O indivíduo então perpassará pelas características que a objetividade do mundo externo lhe proporciona no mundo interno. Ele modifica e é modificado em sua história, de modo que assim forma sua identidade.

Os autores Reis, Barbosa (2019), Artega e Perez (2021), destacam o mecanismo de culpabilização produzido pelo capitalismo que atravessa a produção de subjetividades, onde os indivíduos são comparados constantemente com referências ilusórias. A transferência da responsabilidade dos riscos para os indivíduos implica que a subjetividade assuma essa condição de culpa, como parte da prática cotidiana e da reflexão. Em uma sociedade desigual,

os recursos e o capital para enfrentar essa realidade são escassos, portanto, o indivíduo em vulnerabilidade vive o risco. Esse atravessamento possui como mediação redes de significados os quais recursos são mobilizados, estruturas de oportunidades são distinguidas, objetivos são determinados, relações sociais são estabelecidas e táticas ou estratégias são elaboradas.

Assim, a Psicologia busca desconstruir os dispositivos normalizantes que capturam e encerram a multiplicidade dos modos de existência. Os mecanismos de exploração e dominação se aliam a distribuição desigual de bens de consumo (REIS; BARBOSA, 2019; ARTEGA; PEREZ, 2021), por exemplo, e é compromisso dessa ciência entender as diversas formas de subjetivação, que são produzidas por processos históricos onde a singularidade é descartada em favor de interesses dominantes (KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017). De acordo com Magalhães et al. (2013), os indivíduos almejam conforto, segurança, sociabilidade, noção de pertencimento e dignidade. Consideram essencial para a vida, um conjunto de fatores compostos tanto por necessidades materiais e biológicas, como necessidades afetivas e espirituais. Significados que representam, um antagonismo a uma situação de pobreza extrema ou miséria.

#### 4.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DESSA SUBJETIVIDADE

Os autores Carvalho, et al. (2021), avaliaram a subjetividade a partir da aplicação do questionário WHOQOL, que tem por objetivo realizar a auto avaliação de qualidade de vida, ambiente e subjetividade. Reis e Barbosa (2019), partem do conceito de lutas transversais, trazendo duas experiências de pesquisa e extensão realizadas na Comunidade Indiana, no bairro Tijuca, no Rio de Janeiro e o outro na Grande Cruzeiro, em Porto Alegre. Outro instrumento de avaliação foi uma pesquisa que acompanhou um projeto de extensão universitária realizado em uma comunidade de Porto Alegre em processo de remoção e reassentamento associado às reformas para sediar a Copa do Mundo de 2014, através de narrativas dos jovens que dizem respeito a um desejo de cidadania, onde expressem seus modos de ser. (KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017).

Torres, Salazar e Avila (2022), se utilizam de aprofundamentos bibliográficos nas decisões para a transferência para o acampamento, o processo de autoconstrução e as experiências de vivência, para compreender as subjetividades do contexto. Embora a pandemia tenha enfatizado a vulnerabilidade das famílias de baixa renda, a vivência no acampamento possibilitou melhorar suas condições de vida, tanto em um contexto de abandono quanto de incerteza. Já Almeida, Pinto e Cardoso (2020) realizaram uma pesquisa qualitativa descritiva e

bibliográfica, com subsídio teórico a Teoria Social Crítica, onde entendem que a relação da vulnerabilidade social na construção das subjetividades humanas, se dão de forma correlatas, pois existem multinterações com as quais os fenômenos “vulnerabilidade” e “subjetividade” se constroem.

O instrumento de avaliação da subjetividade usada por Grinberg, et al (2014), foram narrativas visuais e orais de alunos que vivem em contextos de vulnerabilidade, realizadas em Buenos Aires, Argentina e Santiago, no Chile. Foi constatado que, em seus processos de subjetivação, os sujeitos enfatizam estados de equilíbrio e assimilam seu espaço e tempo a coordenadas que são reconhecidas pela sociedade. Assim, ao se tornarem visíveis como sujeitos que habitam espaços de marginalidade e vulnerabilidade, reproduzem esses conceitos em seus próprios processos de subjetivação. Os autores Páez e Díaz (2019), realizaram um estudo de caso, selecionando mulheres chefes de família e agentes institucionais vinculados ao deslocamento e reconstrução habitacional pós-desastre. Destacam que existe uma relevância do papel da dimensão subjetiva no processo de vulnerabilidade por desastre e, especificamente, dos processos de deslocamento e reassentamento orientados para uma perspectiva multidimensional do viver.

Arteaga e Perez (2011), utilizam como instrumento de avaliação a discussão bibliográfica de como os indivíduos empregam certas práticas para enfrentar os riscos socioeconômicos. Se encontra uma experiência de instabilidade crônica e estrutural. Já Magalhães, et al (2013), realiza um estudo transversal, no município de Paula Candido, MG, por meio de um questionário verificou-se que os indivíduos enfrentam condições adversas que limitam sua inserção e emancipação social.

#### 4.4 A PSICOLOGIA SÓCIO HISTÓRICA, A MORADIA E A SUBJETIVIDADE

Segundo Magalhães, et al (2013), a moradia é um espaço o qual tem por função a qualidade de ser habitável, ou seja, onde abrange várias dimensões das necessidades humanas, subjetivas, físicas e culturais. Tal concepção sociocultural, enfatiza que a habitação é o locus da sociabilidade do indivíduo e de sua família, da consolidação da vida e da saúde, além de introduzir o significado que este mesmo indivíduo atribui a este espaço. Ela constitui uma necessidade básica, a qual vai além do domínio meramente econômico. Na moradia, as pessoas se analisam e se percebem, e a definem como fator influenciador da qualidade de vida (MAGALHÃES, et al 2013; CARVALHO, et al 2021). As experiências urbanas compõem os processos de subjetivação em que são produzidos sentimentos de identificação com o lugar em

que moram. Funciona como vetor de existencialização e pertencimento que proporciona suporte aos territórios existenciais que o momento histórico produz. Nos espaços de moradia, a subjetividade se transforma, uma vez que é indissociável das relações em que está inserida, relações estas que são desenvolvidas com o próprio indivíduo e com os outros (KAMMSETZER; PALOMBINI, 2017).

Segundo Reis e Barbosa (2019); Magnoli, Neves e Paulon (2018), o direito à propriedade fundamenta um lugar de direitos, deixando o sujeito menos vulnerável ao poder arbitrário do próprio Estado. Esses direitos passam pelo campo de lutas contra as formas de submissão, que podem enfrentar a aniquilação subjetiva. Esta aniquilação se dá por processos de estatização e privatização que regulamentam, modulam e controlam os modos de vida e do viver, desde seus aspectos biológicos aos da produção de subjetividade. A propriedade privada passa a se constituir como uma ferramenta de engajamento do desejo, ela representa a possibilidade de circular de uma zona não somente física e legal da cidade a outra, mas também política e subjetiva. Um exemplo são as posses ilegais, onde a problemática vai para além da ausência de propriedade sobre a terra e servem de base para outros processos de exclusão. Os mecanismos de dominação e exploração que se aliam a distribuição desigual dos recursos na cidade, se constitui como importantes atravessamentos na produção de subjetividades. As abordagens econômicas tendem a ignorar a perspectiva sociocultural dos indivíduos expostos a situações de vulnerabilidade, sendo que é considerado de grande relevância incorporar a dimensão subjetiva. (ROJAS-PÁEZ; SANDOVAL-DÍAZ, 2019; GRINBERG, et al. 2014; SANDOVAL, et al. 2020; ZENTENO-TORRES; MUNOZ-SALAZAR; ROSSO-AVILA, 2022).

Os mesmos autores relatam sobre os indivíduos expostos a desastres que são obrigados a lidarem com as consequências de mobilidade, indica que a dimensão simbólico-mediadora da vulnerabilidade social neste contexto, é facilitada por processos produção e reprodução material e simbólica de novos cotidianos e riscos psicossociais. Essas mediações, atuam como uma rede construída de significados a partir da experiência simbólica possibilitando a configuração de capacidades de enfrentamento. Além disso, sociedade e espaço estão integrados em um processo de produção mútua, onde existe relações que delimitam lugares. Porém, em relação ao enfrentamento neste contexto, as possibilidades se tornam limitadas, na medida em que os indivíduos desenvolvem ações para manter as condições de existência, e não de vivência de prazeres, afetos e desenvolvimento cognitivo (ROJAS-PÁEZ; SANDOVAL-DÍAZ, 2019; GRINBERG, S. et al, 2014. ARTEAGA A, C.; PEREZ T, S., 2011)

Colocando em ênfase a questão das limitações, Vargas (2016), cita que as escolhas neste contexto, estão dentro de uma gama reduzida de possibilidades. Entram, no âmbito dessa análise, indivíduos que vivem frequentemente nos limites das condições físicas de reprodução, ou seja, como resultado de uma situação sócio-histórica marcada pela ausência absoluta de opções e de moradia. No âmbito dos fatores subjetivos, o que é seguro ou inseguro ante as condições de existência são relativizados. O sentido de lugar, é relacionado com características interioranas e suburbanas, mas também, com as relações interpessoais desenvolvidas no cotidiano, além de ser a expressão de uma luta pela permanência. Para Almeida, Pinto e Cardoso (2020), os indivíduos são influenciados e influenciam o contexto em que habitam, isto posto, conclui-se que a relação da moradia de indivíduos em vulnerabilidade social na construção da subjetividade, se dá de forma análoga. As subjetividades, quando construídas dialeticamente com o contexto objetivo, são afetadas significativamente por esta construção.

## **5 DISCUSSÃO**

Os resultados apontam que o significado da vulnerabilidade abrange contextos em que os sujeitos estão expostos a situações de privação e exclusão. Sua origem está relacionada com o desenvolvimento de desigualdades sociais, de exposição a riscos e alto nível de pobreza (CARVALHO et al. 2021). A exclusão é um fenômeno que se liga a vulnerabilidade na medida em que os sujeitos são privados de apropriarem um espaço simbólico, material e geográfico. Segundo Almeida, Pinto e Cardoso (2021), a aproximação entre exclusão e vulnerabilidade é necessária pois a exclusão abrange as questões sociais e as relações humanas, expressas pela precarização do trabalho, desqualificação social, desagregação indenitária e desumanização, e enfatiza que os sujeitos em situação de vulnerabilidade são excluídos de participarem dos espaços (SCOTT, et al. 2018). Conforme apresentado pela literatura consultada, o motivo pelos quais os sujeitos são privados do espaço geográfico envolvem as condições de desenvolvimento geográfico desigual o qual ocasiona desastres e o crescimento constante de assentamentos informais (TORRES; SALAZAR; ÁVILA, 2022; VARGAS, 2016; ROJAS; SANDOVAL, 2020).

A exclusão é materializada através de relações que vão além das possibilidades de escolha, assim, se configura não só em aspectos do indivíduo subjetivo, mas também do coletivo, uma vez que estes indivíduos que estão mais propícios a sofrerem danos, sem possibilidade de alcançar melhor qualidade de vida devido a desvantagens na mobilidade social. O contexto de vida dos sujeitos influencia diretamente em como se expressam, se enxergam e

se posicionam em relação a realidade, quando marginalizado, cria-se uma reprodução de opressão tanto no âmbito de direitos como o da livre expressão de subjetividades (CARMO, GUIZARD, 2018).

Outra questão apontada é que, a grande causa que torna a vulnerabilidade enraizada e difícil de ser superada é justamente o modelo econômico de sociedade vigente. O mesmo possui uma natureza de exclusão e exploração que é necessária para sua manutenção, uma vez que é marcado por relações de poder. Assim, fortalece uma lógica de submissão, culpabilização, criminalização e individualização dos sujeitos, tudo isso junto a condições de vida precarizadas. O capitalismo cumpre seu papel de promotor de exclusão, ao impulsionar cada vez as desigualdades sociais (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2021; SCOTT; et al. 2018). Devido as condições de distribuição de renda precários, a superação das vulnerabilidades se torna extremamente difíceis (CARMO; GUIZARD, 2018).

Deste modo, até mesmo a prática psicológica é submetida a lógica individualista, por isso deve estar em constante luta para não cair nos equívocos de naturalizar a vulnerabilidade, sendo participativa no desenvolvimento de políticas públicas que combata os aspectos do fenômeno (TOMAGNOLI; VENES; PAULON 2018). Segundo Carmo e Guizard (2018), ao mesmo tempo que a área da saúde reconhece a máxima das conjunturas macrossociais, ela também considera os aspectos individuais que são fundamentais para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade, porém, se focada apenas em aspectos individualizantes, gera uma tendência a culpabilização dos sujeitos. Na Psicologia o tema é pouco explorado, porém, abrange uma visão multidimensional deste fenômeno, considerando que vai além da dimensão material, pois perpassa desde a inserção do sujeito no mercado de trabalho, a qualidade de suas relações sociais, os serviços a que tem acesso, até as formas de proteção proporcionadas pelo Estado e que interferem na sua qualidade de vida e bem-estar (SCOTT, et al. 2018).

Os resultados encontrados em relação as variáveis da construção da subjetividade, apontam que esta construção é definida por processos complexos que são limitados por condições históricas. Os mecanismos externos os quais os indivíduos estão expostos dialogam com o interno, pois embasando-se na teoria sócio histórica, a subjetividade internalizada não é interior ao contexto histórico, logo, é produzida e faz parte destes mecanismos, onde as características do mundo externo influenciam no mundo interno. Gonzales Rey (2001) enfatiza que a subjetividade coloca o indivíduo e a sociedade em uma relação indivisível. Enquanto que as autoras Aita e Facci (2011) destacam o desenvolvimento do homem como um processo histórico e social, pois para se humanizar, é necessário que se aproprie da cultura e de seus mediadores.

Outro apontamento é que a construção da subjetividade depende da percepção e dos significados desenvolvidos pelo contexto. Refletindo sobre o estudo de Bock, Gonçalves e Furtado (2007), a linguagem é o sistema simbólico fundamental para a constituição dos sujeitos, funciona como elemento mediador que permite o estabelecimento de significados. Com ela, o homem se desenvolve, internalizando o social. Esses instrumentos são meios de contato com o exterior, logo, em um processo dialético, o indivíduo se mantém em conexão com a própria consciência. Assim, a subjetividade é construída a partir de mediações sociais, onde o homem se humaniza e materializa o mundo das significações, ao exteriorizar um processo interno e o relacionar com uma atividade exterior. Os resultados também indicam que o indivíduo modifica a história e é modificado por ela. As autoras Aita e Facci (2011) expõem que o próprio homem produz sua existência. Os autores Bock, Gonçalves e Furtado (2007), resgatam que o homem transforma a natureza e por ela se transforma, se utilizando de instrumentos, e se apropriando dos mesmos. Segundo Sirgado (1990), este movimento de apropriação, é inverso ao de objetivação, uma vez que as funções psicológicas existem primeiro ao nível social, para depois existirem no individual, justamente pelo processo de internalização das produções culturais.

O papel da Psicologia volta a ser então o de desconstruir essa naturalização de dispositivos que produzem dominação e exploração, já que a partir daí as formas de subjetivação são descartadas em razão de interesses dominantes (REIS; BARBOSA, 2019; ARTEGA; PEREZ, 2021). Segundo Duarte (2013) a sociedade é constituída através de relações de dominação, por isso, é necessário compreender como as áreas de atuação dos homens, incluindo a Psicologia, contribui ou não para a reprodução destas relações.

As relações entre a Psicologia Sócio Histórica, a moradia e a subjetividade encontradas, são as de que a moradia é uma necessidade básica de todos os indivíduos, tanto na espera subjetiva quanto material, política, econômica e cultural. A moradia é um direito de valor imensurável, estando exposta na própria constituição. A moradia tem valor para quem nela vive e nela se instala, não se trata, se trata, portanto, de um direito a dignidade humana e a autonomia, ou seja, é atrelado diretamente ao processo de humanização (FILHO, 2019). O sentido de lugar, é relacionado com características materiais, mas também, com as relações interpessoais desenvolvidas no cotidiano, além de ser a expressão de uma luta pela permanência (VARGAS, 2016). Segundo Nakano (2021), o ato de habitar é constituído por elementos de ligação entre os indivíduos e o lugar ao qual se vive. Assim, a perda habitacional na perda de ligações importantes.

Os processos de subjetivação que se dão na moradia estão relacionados com a identificação com o local, o fator de existência e pertencimento. A subjetividade, estando

indissociável das relações do contexto, ela se transforma neste espaço junto com os processos materiais. Além disso, a moradia como direito oferece ao indivíduo possibilidade de diminuição da vulnerabilização frente ao Estado, já que passam por uma luta contra a submissão, onde a subjetividade pode ser fortemente atacada. Não ter um lugar físico para morar contribui para desvelar a realidade como lugar de não existência. (SIQUEIRA, 2019)

Os resultados apontam que, quando em situações de risco, os indivíduos são atravessados por uma dimensão simbólico-mediadora da vulnerabilidade, que é construída por significados a partir da experiência possibilitando o enfrentamento, porém de forma limitada, na medida em que é exclusivo para manter apenas condições de existência, como resultado de uma situação sócio histórica marcada pela ausência de opções de moradia. Esta limitação evidencia a multiplicidade de fatores que se alinham à constatação de que os sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens (SCOTT, et al. 2018). A relação da moradia de indivíduos em vulnerabilidade social na construção da subjetividade, se dá de forma análoga. As subjetividades, quando construídas dialeticamente com o contexto objetivo, são afetadas significativamente por esta construção (ALMEIDA; PINTO; CARDOSO, 2020). Conforme abordado por Siqueira (2019), a interlocução da Psicologia e a questão da moradia, se encontra, em uma posição crítica e de transformação, entendendo que o discurso, além de simbólico e singular, tem também uma raiz política, um mundo social que constitui a experiência subjetiva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo estudar o papel da moradia na construção da subjetividade de indivíduos em situação de vulnerabilidade habitacional, a partir do viés da Teoria histórico cultural, verificando as definições de vulnerabilidade, as variáveis responsáveis pela construção da subjetividade e a interlocução entre tal teoria, a moradia e a subjetividade. Constata-se, pois, que a moradia é uma importante componente para a construção da subjetividade, já que a mesma se inclui como um aspecto das necessidades básicas dos seres humanos. Baseando-se nos resultados, foi possível identificar que os grupos em vulnerabilidade habitacional possuem uma gama de dificuldades em relação ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e de se incluir como sujeito de direitos sobre o capital. A subjetividade é diretamente afetada por mecanismos do neoliberalismo que incluem estes sujeitos em uma constante submissão, culpabilização e exclusão. Isso se comprova justamente pela prática da exclusão que é materializada por um conjunto de determinações que desenha a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente.

O estudo tem sua importância baseada na premissa de que o espaço de habitação é um elemento indispensável à produção de cuidados básicos e conseqüentemente à subjetividade. Dados da última pesquisa realizada no Brasil, referente ao déficit habitacional, que indica números exorbitantes de pessoas com a renda domiciliar inferior a três salários mínimos, com habitações precárias e de pessoas em situação de rua. Assim, o indivíduo é retirado de seu direito de se apropriar da produção da humanidade, das relações sociais que o lugar de habitação possibilita e de suas necessidades básicas de individualidade e segurança. A análise psicológica necessita levar em consideração as condições sociais dos indivíduos, já que os mesmos estão inseridos em um contexto histórico cultural.

Com isso, defende-se a realização de novos estudos incluindo descrições sobre estudos de subjetividade voltados para outras teorias da Psicologia e descrições sobre vulnerabilidade de outros campos da complexidade humana. Também é válido a ampliação das inclusões de pesquisa, como a aplicação de métodos diferentes em diferentes grupos. O trabalho limitou-se a abordar o tema da subjetividade referente ao público de indivíduos em situação de vulnerabilidade habitacional, não incluindo descrições sobre estudos de subjetividade voltados para outras teorias da Psicologia senão a Histórico Cultural e descrições sobre vulnerabilidade de outros campos da complexidade humana, se não a habitacional, além de realizar um estudo inteiramente teórico. Assim, sugere-se a realização de novos estudos que tenham como base,

outras teorias psicológicas que possam responder o problema, além de outros métodos de estudo, como estudos de caso, que possam analisar mais profundamente os aspectos do estudo.

## REFERÊNCIAS

- AITA, E. B.; FACCI, M. G. D. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, 2011.
- ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**. v. 22, n. 1. 2010.
- ANTONIO, M.; NATALINO, C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, 2016.
- ALMEIDA, M. F; PINTO, M. A. P.; CARDOSO, L. F. V. Os Impactos da Vulnerabilidade Social na Construção da Subjetividade. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 7, n. 2, p. 48–65, 2021
- ARENDRT, R. J. J. Psicologia Comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. **Psicol. Reflex. Crit.** v. 10, n. 1, pp. 7-16, 1997.
- ARTEAGA A, C.; PEREZ T, S. Experiencias de vulnerabilidad: de las estrategias a las tácticas subjetivas. **Universum**, Talca , v. 26, n. 2, p. 67-81, 2011.
- AYRES et. al. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; p. 117-39, 2003.
- AZEVEDO, A. V. S.; PARDO, M. B. L. Formação e atuação em psicologia social comunitária. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora , v. 8, n. 2, p. 200-210, dez. 2014 .
- BORTOLANZA, A. E.; RINGEL, F. Vygotsky e as origens da teoria histórico-cultural: estudo teórico. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1020-1042, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1989.
- BOCK, A. M; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2007.
- CAMBAÚVA, L. G. TULESKI, S. C. A pseudoconcreticidade do conceito de subjetividade na Psicologia. **Revista de Educação**, Campinas, n. 23, p. 79-89, 2007.
- CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 34, n. 3, 2018.
- CARVALHO, B. F. de et al. Instrumento WHOQOL-100 e políticas públicas: avaliação da qualidade de vida de população alvo de política habitacional. **Saúde e Sociedade**. v. 30, n. 2, 2021.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**. v. 34, n. 6, pp. 428-431, 2007

DIAS, T. Et Al. **Nota Técnica População Em Situação De Rua Em Tempos De Pandemia: Um Levantamento De Medidas Municipais Emergenciais**. IPEA, 2020.

DUARTE, N. A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. **Autores Associados**, Campinas, 3ed. 2013.

FERNANDES, D. **Direito À Moradia – Uma Questão Para A Psicologia Social**. Dissertação (Mestrado) - Psicologia Social, PUC, São Paulo, 2016.

FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes Do Pensamento Psicológico**. Petropolis: Vozes, 2002.

FILHO, A. E. **O Valor Imensurável da Moradia**. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia e Moradia: Múltiplos Olhares Sobre a Questão Habitacional**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.

FRANCO, R. F.; VAN STRALEN, C. J. O espaço de habitação e sua importância para a produção de subjetividade. **Psicol. rev**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 402-419, dez. 2012.

FJP. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2021.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, V. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, pp. 335-342, 2015.

GIL, A. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Éditeur: São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, I. D.; et al. O social e o cultural na perspectiva histórico-cultural: tendências conceituais contemporâneas. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 814-831, 2016.

GRINBERG, S. et al . Espacios y subjetividades: Narrando las trayectorias de la vulnerabilidad. **Estud. pedagóg.**, Valdivia , v. 40, n. 2, p. 203-219, 2014.

IPEA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2016.

KAMMSETZER, C. S. PALOMBINI, A. L. Território e Subjetividade: narrativas de jovens em uma remoção urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 3 pp. 280-287, 2017.

LUCCI, M. A Proposta De Vygotsky: A Psicologia Sócio- Histórica. **Profesorado. Revista de curriculum y formación del profesorado**, São Paulo, 2006.

LURIA, A. R. **A Construção da mente**. Ícone: São Paulo, 1992.

NAKANO, A. K. Vulnerabilidade a perdas habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 38, 2021.

MAGALHÃES, K. A. et al. A habitação como determinante social da saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 1, pp. 57-72, 2013.

MARX, K. **Manuscripts de 1844**. Paris: Ed. Sociales, 1972. *In: Le capital*. Paris: Ed. Sociales, 3v, 1977.

MARTINS, V. H. T. Habitação, Infra-Estrutura E Serviços Públicos: Conjuntos Habitacionais E Suas Temporalidades Em Londrina - PR. 2007. 175p. Dissertação (Mestrado Em Geografia, Meio Ambiente E Desenvolvimento), Programa De Pós-Graduação Em Geografia, Meio Ambiente E Desenvolvimento Do Departamento De Geociências, Universidade Estadual De Londrina, Londrina, 2007.

OLIVEIRA, Fábio Porto de et al. Psicologia Comunitária e Educação Libertadora. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 10, n. 2, p. 147-161, dez. 2008

ONU. Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nações Unidas, 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1.

OVIEDO, R. A. M. CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 19, n. 53, pp. 237-250, 2015.

PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, 2022.

REGO, T. C. **Vygotsky : Uma Perspectiva Histórico-cultural Da Educação**. Petropolis: Vozes, 2009.

REIS, C. BARBOSA, R. B. Contribuições da Psicologia às Lutas Transversais Travadas em Meio às Metrôpoles de Privilégios. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, n. 2, 2019.

REY, F. L. G. A Pesquisa e o Tema da Subjetividade em Educação. **Psic. Da Ed.**, São Paulo, pp. 9-15, 2000.

REY, F. G. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 2, p. 167-185, 2012.

ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, C. E. A. B.; PAULON, S. M. Interação entre políticas: psicologia e produção de cuidado nas políticas públicas. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 70, n. 2, p. 236-250, 2018 .

ROJAS-PÁEZ, L.; SANDOVAL-DÍAZ, J. S. Habitando “no lugares”: subjetividad y capacidades familiares ante un desastre siconatural en Chile. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, n. 66, p. 59–80, 16 dez. 2019.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, pp. 83-89, 2007.

SANDOVAL, D. J. et al . Subjetividad y medios de vida sostenibles de hogares vulnerados por un desastre hidrometeorológico en la región de Atacama de Chile. **Cienc. Psicol.** Montevideo , v. 14, n. 2, e2287, 2020

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade intersubjetividade. *In:* Duarte, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. (pp. 21-52). Campinas: Autores Associados. 2004.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. *In:* CAMPOS, R. H. F. **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia** 17. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SCARPARO, H. B. K.; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária profissional. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, pp. 100-108, 2007.

SCOTT, J, B. et al. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol. Ver.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018 .

SIQUEIRA, B. A. **Um olhar crítico da Psicologia sobre a questão da Moradia: a possibilidade de um trabalho de atenção psicológica em ocupações de moradia**. *In:* Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia e Moradia: Múltiplos Olhares Sobre a Questão Habitacional**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.

SILVA, K. A. T., CAPPELLE, M. C. A Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa de Gonzalez Rey como Possibilidade Teórico-Metodológica nos Estudos de Administração. **Enepq**. Brasília, 2013.

SILVA, F. G. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 28, p. 169-195, jun. 2009.

SIRGADO, A. **A CORRENTE SÓCIO-HISTÓRICA DE PSICOLOGIA: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais**. Brasília, n. 48, 1990.

SOUZA, I. N. S. O direito humano da moradia após a emenda constitucional n. 26, de 2000 e sua análise com o direito de habitação no direito civil. **Argumentum**, Marília. 16, p. 73–98, 2015.

SPINK, M. J. P. et al. O Direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 40, 2020.

VARGAS, M. A. R. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Cadernos Metrôpole**. v. 18, n. 36, pp. 535-558, 2016.

VIEIRA-SILVA, M. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 10, n. 2, p. 292-300, 2015.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VILELA, A. M. J; ARRUDA, A.; PORTUGAL, F. T. P. **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio De Janeiro: Nau Editora, 2013.

VON, D. Et al. Índice De Vulnerabilidade Habitacional: Uma Análise Comparativa Entre Regiões Metropolitanas Do Nordeste Brasileiro. **Gt -Economia Rural E Meio Ambiente**. V Semana Do Economista V Encontro De Egressos. Bahia, 2015.

ZAMBELLO, A. V. Et Al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho**. Penápolis: FUNEPE, 2018.

ZENTENO-TORRES, E.; MUNOZ-SALAZAR, P.; ROSSO-AVILA, B. Urbanización subalterna en tiempos de pandemia. Asentamientos informales en Chile. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá , v. 32, n. 2, p. 267-280, 2022 .